

MEMÓRIAS, ESQUECIMENTOS, SABERES E NÃO SABERES EM TEMPOS SOMBRIOS: EXPERIÊNCIA
COM RELATO DO TRAUMA DA TORTURA EM O CONDOMÍNIO DE LUIS FERNANDO VERÍSSIMO

MEMORIES, FORGETTINGS, KNOWINGS AND NOT KNOWING IN DARK TIMES: EXPERIENCE WITH REPORTS OF THE
TRAUMA OF TORTURE IN THE CONDOMINIUM OF LUIS FERNANDO VERÍSSIMO

Eduardo José Reinato*
eduardo.reinato63@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho é um misto de tentação e tentativa. Tentação de compreender a relação memória/esquecimento da tortura e uma tentativa de análise de personagens ficcionais em tempos sombrios (Ditadura civil-militar brasileira 64-85). Tentativa e tentação de analisar um caso sob a interface das relações entre História, Psicanálise e Literatura. Definiu-se como fonte de escuta ou fonte escrita a crônica de Luis Fernando Veríssimo, denominada O Condomínio. Dessa forma, dividiu-se a apresentação em três partes, que contêm dois momentos. Em um primeiro momento, objetiva-se entender a relação dos saberes e a conceituação sobre o que vem a ser um caso para a lógica psicanalítica. Na segunda parte, objetiva-se realizar a interface analítica entre Literatura, História e Psicanálise, encadeando a interpretação sobre as características das personagens com o fenômeno da tortura e da repressão, durante o período da ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1985. Como referência fundamental, analisa-se a lógica da despersonalização das vítimas diante do trauma.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias, História, Literatura.

ABSTRACT: The present work is a mixture of temptation and attempt. Temptation to build a case in psychoanalytic models and an attempt to analyze a character. Attempt and temptation to analyze a case under the interface of the relations between History, Psychoanalysis and Literature. The chronicle by Luis Fernando Veríssimo called O Condomínio was defined as a listening source or written source. In this way, the presentation was divided into three parts, which contain two moments. At first, the objective is to understand the relationship of knowledge and the conceptualization of what becomes a case for psychoanalytic logic. In the second part, the objective is to carry out the analytical interface between Literature, History and Psychoanalysis, linking the interpretation of the characters' characteristics with the phenomenon of torture and repression, during the period of the military dictatorship in Brazil, between 1964 and 1985. As a reference fundamentally, the logic of the decharacterization of victims in the face of trauma is analyzed.

KEYWORDS: Memories, History, Literature.

O desafio inerente à reflexão aqui proposta perpassa um exercício de diálogo interdisciplinar entre as ciências histórica e psicanalítica, com a prática estética da literatura. Configura-se assim, uma perspectiva de análise transdisciplinar. Para isso, toma-se como corpus de análise a crônica do escritor e jornalista gaúcho, Luis Fernando Veríssimo. O texto é parte do livro denominado *As outras do analista de Bagé*. O material dessa obra foi elaborado entre os anos de 1980 e 1982, ano que data a publicação do referido livro. Assim, estabeleceu-

* Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

se uma delimitação da relação entre o saber e a verdade como forma de delimitação para o saber psicanalítico, que também converge com a perspectiva do ofício do historiador.

Com base na discussão sobre o saber como elemento fundamentador da busca da verdade, aprofunda-se no entendimento conceitual do que venha a ser um caso para a psicanálise, num primeiro momento. Dessa forma, da etimologia à significação psicanalítica e histórica do conceito *caso*, procura-se configurar desempenho do personagem da crônica “O Condomínio” como o mecanismo de expressão e estabelecimento de laço social, que permite a interface histórico-psicanalítica e literária da análise proposta.

Assim, a crônica de Veríssimo passa a ser a fonte de estudo e, ao mesmo tempo, um modelo ficcional que estabelece a possibilidade de análise, embora tal ação seja limitada pela inexistência do estabelecimento do recurso transferencial.

Ousa-se, portanto, fazer uma análise transdisciplinar. Tal ousadia, no entanto, capacita o autor com os recursos da análise, histórica, psicanalítica e literária.

Eu? Não sei... mas há memórias, há o inconsciente.

O diálogo entre o saber e o não saber, entre o saber e a verdade do dito está presente na comunicação de Jacques Lacan de 04 de novembro de 1972, na primeira lição do que ficou consagrado como seminário sobre o *Saber do psicanalista*, datado de 1971/1972. Nessa comunicação, Lacan enfatiza a discussão sobre a constituição e o lugar do saber na psicanálise, mas, sobretudo, na relação analítica. Dessa maneira, destaca que

Para voltar ao saber, mostrei há bastante tempo que o fato da ignorância poder ser considerada no budismo como uma paixão, justifica-se com um pouco de meditação, mas como nosso forte não é a meditação, só podemos conhecê-la através de uma experiência (LACAN, 1971,2001, p. 11).

Lacan chama a atenção de seus ouvintes, sobretudo dos psicanalistas presentes, para o fato da relação com o saber no contexto da psicanálise. Dessa forma, mais adiante em sua comunicação, justifica ser essa ignorância não um *déficit*. Entende-a como a consolidação de um saber “estabelecido”. Continua ainda a estruturação de seu argumento estabelecendo uma já então usual crítica à limitação dos psiquiatras e suas práticas tão afeitas aos automatismos. Ironicamente, adverte-os do perigo de “serem devorados pelos porquinhos” (LACAN, 1971, p. 15). Ao fazê-lo, relembra a fala de Georges Bataille, e a ênfase dada por este

autor à existência de um não saber. Arremata, não menos ironicamente, que parece ter virado moda chique, em 1971, o tal argumento do não-saber.

Ora, mas onde quer Lacan chegar? Além da defesa e lembrança de Bataille, algo um tanto familiar, parece querer enfatizar uma verdade e uma lógica com essa discussão. Ao seguir seu raciocínio, encontra-se a retomada de Aristóteles. Desse modo, Lacan apresenta uma primeira conclusão, esbanjando seu estilo. Diz:

Então, se a verdade não é o saber, é porque é o não-saber. Lógica aristotélica, tudo que não é preto é não preto. Sublinhei, é certo, articulei que essa fronteira sensível entre a verdade e o saber é precisamente aí que o discurso analítico se sustenta (LACAN, 1971, p. 14).

Assim, Lacan segue, ironicamente, destacando que, se a “bandeira do não-saber” permite cobrir os que se juntam em torno da ignorância crassa ou os preguiçosos, e mesmo aos que ele denomina de “campos de concentração do Bom Deus”, isso se dá por serem eles chiques ou simplesmente por esse “não-saber” ser um achado, sobretudo para aqueles que não se preocupam com o saber de forma alguma. De certa maneira, Lacan está dizendo que o dito não saber, justifica a ignorância e a falta de compromisso com a construção do conhecimento.

Lacan aborda ainda cinco pontos cruciais ao saber do psicanalista. Destaca como primeiro, o entendimento de ser o inconsciente estruturado como linguagem. Para o psicanalista, trata-se da linguagem que torna possível a distinção do código da mensagem. Define essa ação distinguindo a função e campo da fala. E nesse sentido, Lacan destaca o fato de ser a fala o elemento referenciado como verdade. Vale a pena transcrevê-lo sobre essa reflexão:

A fala define o lugar que se chama a verdade. O que destaca, desde seu aparecimento, para o uso que quero fazer dela, é sua estrutura de ficção, isto é, também de mentira. Na verdade, é o caso de dizer: a verdade só diz a verdade – não a metade – em uma situação: quando diz “eu Minto”. É o sabê-lo. Mas, de Outro modo? Isto é de Outro Modo com maiúscula, igualmente possível que ela diga a verdade sem saber (LACAN, 1971, p. 18).

Aqui estamos diante de um exercício de transmissão psicanalítica. Lacan está demonstrando teoricamente, a prática e a utilização do saber psicanalítico. Desta feita, Lacan avança a mais uma conclusão, ao destacar ser funcionamento do inconsciente “estruturado como uma linguagem” (LACAN, 1971, p. 18).

O segundo ponto pertinente ao saber do psicanalista, anotado por Lacan, diz respeito à prática da Interpretação. Para Lacan, “não há uma interpretação que não diga respeito ... a quê? Ao laço do que se manifesta de fala, no que vocês escutam, o laço com o gozo” (LACAN, 1971, p. 19). Dessa maneira, a interpretação analítica é uma relação estribada na fala e na construção do laço transferencial. Esse laço proporciona aos elementos da função um benefício, que é, segundo Lacan, “o benefício de Gozo”. E, aqui, Lacan se aprofunda na letra freudiana à medida que chama a atenção para o fato de haver uma repetição, no “instante”, no tempo existente, dentro da lógica psicanalítica. Assim, define o fato de não haver classes diferenciadas de seres falantes. Compreenda-se: não há aqueles dirigidos somente pelo princípio do prazer e de realidade. Nem outros regidos *para Além do princípio do Prazer*. De fato, clinicamente, para Lacan, são os mesmos.

O terceiro ponto referente ao saber psicanalítico trata do entendimento do resultado do que o inconsciente nos entrega insistentemente, ou seja, a interpretação pode mostrar o que o sujeito encontra e que sempre se vincula ao registro do gozo. Lacan busca conduzir sua comunicação a entender qual seria o lugar do gozo.

O destaque que dará ao quarto ponto visa à definição do lugar do gozo. Tal lugar, no entendimento lacaniano, é o corpo. E afirma que, para gozar, é necessário um corpo. Ao concluir essa afirmação, ressalta que “a dimensão do gozo para o corpo é a dimensão da descida em direção à morte” (LACAN, 1971, p. 20). Portanto, Lacan está referenciando a Pulsão de Morte. Nesse momento, explicita, novamente, a letra freudiana, fazendo a crítica ao Princípio do Prazer. Para Lacan, Freud estava falando, antes, do princípio do desprazer e identifica que Freud havia detectado que o prazer se institui como artifício para baixar a tensão. Lacan argumenta, interrogativamente, se não seria através da tensão que se configura o gozo. Ao comentar sua leitura de Freud destaca que

É curioso, é pena que ele tenha se dado tanto trabalho com coisas ditas com tamanha evidência e para mostrar que a dimensão na qual o ser falante se distingue do animal é, seguramente, que nele existe essa hiância por onde ele se perde, por onde lhe é permitido operar sobre os corpos, quer seja o seu ou o de seus semelhantes, ou dos animais que o rodeiam, para benefício seu ou dos outros, o que chamamos, para falar propriamente, o gozo (LACAN, 1971, p. 20).

Lacan aponta para o cerne da discussão do saber psicanalítico. De um lado, traz o “instinto de morte” (pulsão de morte) e do outro, o caminho para tal pulsão, qual seja, a Lógica

do Gozo. Revela, portanto, o momento da escrita freudiana em que se detectava o paradoxo, embora reflita que Freud não acreditou em dever apontá-lo.

Daí, então, Lacan avança ao seu quinto e conclusivo ponto de destaque nesta comunicação com o enunciado: “Não há relação sexual”. Talvez essa seja a enunciação psicanalítica mais complexa de entendimento a qualquer um, iniciado na psicanálise lacaniana ou não. Isso, porque ela parece contraditória ao campo de saber psicanalítico, que sempre se viu às voltas com o debate sobre a erotomania. No entanto, o cerne dessa questão consiste na impossibilidade da representação escrita do que é a relação sexual. Assim, recorre-se mais uma vez à fala de Lacan:

Quero dizer tudo o que se pode fazer para tratar convenientemente um corpo, até seu próprio corpo, tudo isso, em qualquer grau, participa do gozo sexual. Só que, o próprio gozo sexual, quando vocês querem pegá-lo, se posso me expressar assim, não é mais absolutamente sexual, ele se perde (LACAN, 1971, p. 22).

Há aqui, pois, uma analogia com a categoria histórica do tempo. É um paradoxo tal como a relação sexual. Há teoricamente três tempos: o passado; o presente e o futuro. Mas de fato, o presente não há. O mesmo se dá com a relação sexual. Dada a impossibilidade de demonstração, tanto do presente quanto da relação sexual, em verdade não há nem o tempo presente, nem a relação sexual.

Constatada essa falta, Lacan percebeu-se diante da desconstrução da noção de sexualidade. Não perde, no entanto, a exata percepção de que, no inconsciente, o ponto fulcral é dado pela localização da sexualidade. Dito de outra maneira, embora Lacan entenda estar a sexualidade no centro do que se passa no inconsciente, essa só o é, como centro, posto que é ausência, é “falta”. E aqui fica tão complexa sua apropriação da lógica dialética e da topologia que se faz necessário dar a voz a Lacan, que assim comenta:

Mas ela (relação sexual) está no centro posto que é uma falta, isto é, que no lugar do que quer que se pudesse escrever da relação sexual como tal, se substituem os impasses, que são aqueles que a função do gozo precisamente sexual engendra, na medida em que aparece com essa espécie de ponto de miragem, do qual em lugar próprio Freud dá a nota como o gozo absoluto. E é tão verdade que, precisamente, ele não é absoluto. Não o é em nenhum sentido primeiro porque, como tal, está voltado a essas diferentes formas de fracasso que constituem a castração, para o gozo masculino, a divisão para o que concerne ao gozo feminino, e que por outro lado, aquilo a que o gozo não conduz não tem estritamente nada a ver com a cópula, na medida em que esta é, digamos, o modo usual – isso mudará- por onde se faz a reprodução na espécie do ser falante (LACAN, 1971, p. 22).

Nessa mesma comunicação, Lacan enfatiza que a Igreja Católica afirma a existência da Relação Sexual, responsável pela reprodução da espécie de seres falantes. Afirma ainda que só o discurso religioso pode insistir nessa existência, pois não carece de demonstrabilidade. E o discurso religioso afirma tal fato, pois faz distinção entre o saber e a verdade.

Lacan ainda avança para a discussão inerente ao significado do Natural. Afirma que o Natural é aquilo que é vestido como o modelo do saber. Assim, o saber seria constituído de maneira uniforme. Está em questão, de fato, a ideia do que é a Natureza. Enfim, para Lacan, o saber é mais relacionado à lógica da Natureza e muito mais relacionado à ordem do gozo. E, sobretudo, o “saber dos psicanalistas” fundamenta-se no interrelacionamento do Real, do Simbólico e do Imaginário.

Portanto, à guisa de conclusão, Lacan afirma ser o saber psicanalítico “um saber que não se aguenta, o saber da impotência” (LACAN, 1971, p.25). Depreendo que ele enfatiza o saber como uma lógica destinada beckettianamente ao fracasso e, freudianamente, ao não ser, ao não haver.

Na montagem de seu argumento, inclusive, Lacan remete-se à “Revolução Copernicana” e depois à filosofia das “Luzes”. Faz uma crítica contundente ao fato de tanto a dita revolução copernicana como os iluministas terem se subsumido à existência do “mestre”, ao discurso do Mestre. O contrário seria forjado pela psicanálise, que não se vinculou a uma ideia de poder. Antes, pelo contrário, o saber da psicanálise não se curva diante de algum mestre. Dir-se-ia, em oposição, que a psicanálise se lança em busca da verdade.

E há aqui um ponto de convergência entre a ciência histórica e a psicanálise. Ambas procuram a verdade, muito mais do que o saber pelo saber. E esta busca é gozosa. Portanto, e para não alongar essa construção gozosa de pontes, vale referenciar o papel do analista. A este, e segundo Lacan, cabe uma posição de portador de um “suposto saber”. Mas a ressalva lacaniana é importante: ao analista cabe um “suposto saber” desde que se mantenha sempre em estado de alerta para o fato de que não se deve esquecer de que

O conteúdo desse saber (...) torna-se capaz de ‘operar’ com essa conjuntura se – e sem qualquer exceção - ele não se identifica com esse lugar, nem transforma o que lhe é oferecido em objeto de fruição (DE CERTEAU, 2011, p. 219).

Essa ênfase feita por Michel de Certeau coincide com o estatuto ético a ser mantido pela psicanálise. Assim, cabe ao psicanalista trabalhar com o saber sim, mas um saber constituído na relação transferencial e que não lhe é próprio, mas do outro. Pode-se até afirmar, é do outro e do Outro do outro, mas nunca o seu. Assim sendo, também não pode ser tomado como objeto de fruição.

De igual maneira, De Certeau destaca a fórmula consagrada por Lacan como paradigma do saber psicanalítico: “só existe isso”, mas “não é isso” [*Il n’y a que ça*] [*Ce n’est pas ça*]. Dessa forma, pressupõe-se dever do analisando guardar esse saber que ele pressupõe existir no analista. Constantemente almeja, diante do analista, desdizer, ficcionalizar, mentir. Por que não dizer? Há na fala a construção de um enredo que... Enleia. Por sua vez, ao analista cabe fazer intervenções, enquanto ofício terapêutico. De Certeau afirma a necessidade de haver da parte do analista um “equilíbrio” entre o estar presente, com um corpo e um necessário “recuo”, “desdém”, quase conformando a indiferença. Dessa maneira, “ISSO” fala. Pensaria talvez até numa afirmação mais plural, que ficaria assim: “ISSOS” falam, em meio a uma relação transferencial. Aprendamos a escutá-los.

Se ISSO fal(h)ar... Pode ser um caso, pode ser história ou ficção: são histórias!

Um dos fundamentos retóricos da eficácia psicanalítica está na construção daquilo que se pode chamar de caso, acontecimento, fato, ou simplesmente história. É aí que se encontram as possíveis explicitações da prática e do método de interpretação analítica, da prática da pesquisa em história e da construção da narrativa ficcional. Portanto, há um encontro entre a psicanálise, a história e a literatura. Isso já havia sido evidenciado em inúmeros trabalhos de Carlo Ginzburg. No entanto, as “histórias” ou casos psicanalíticos, diferentemente da História ou da ficção não chegam ao público, e se restringem aos poucos iniciados. Mas, em comum, todas têm o fato de serem “acontecimentos”: psicanalíticos, históricos ou literários. Assim, tomamos o conceito “acontecimento” no contexto de análise transdisciplinar como Žižek o aborda, ou seja:

Como um efeito que excede suas causas e nos traz de volta assim, a uma multiplicidade inconsistente: seria um acontecimento uma mudança na maneira como a realidade se apresenta a nós ou uma violenta transformação da realidade em si? Dessa maneira as relações afetivas, históricas e ficcionais podem se dar num contexto de nossa vida cotidiana, como um “acontecimento”. Muitas vezes permite um encontro com a verdade que desmonta nossa vida habitual; o surgimento de um novo “significante-

mestre”, um significante que estrutura todo um campo de significado; uma ruptura política radical; e a dissolução de uma realização acontecimental (ŽIŽEK, 2017, p.11-12).

O encontro entre o caso e o acontecimento permite também encontro entre intelectuais como Žižek e Dunker. Dunker (2011) destaca o fato de os casos clínicos caracterizarem o modelo de método de investigação psicanalítico. No entanto, reconhece que a extensão e a intenção ao elaborar o caso, nem sempre é consenso. Assim, do ponto de vista da extensão, esse autor caracteriza os casos clínicos como sendo compostos por breves históricos ou como meticulosos relatos de várias páginas. Como exemplo das duas formas, cita Freud: como um relato curto, tem-se o *Caso Albert* inserido na obra *A Interpretação dos Sonhos* e como um relato extenso, o relato do *Homem dos Lobos*.

Salienta ainda que o caso pode ser referente a um atendimento ou até a uma leitura crítica da exposição de outro analista. Não deixa de considerar, inclusive, a própria experiência do analisante que, muitas vezes, passa a autor do próprio caso. O analisante ao relatar o caso entende que o analista possui um “suposto saber” e que o entenderá e até solucionará o dilema do caso. Mas, segunda psicanálise freudiana e lacaniana e o analisante o detentor de fato desse saber. Dunker dá ênfase aos critérios de escrita do caso clínico, como se observa:

Gostaria de admitir que o critério mais simples para que um relato seja utilizado como caso é que ele se inscreva em um determinado sistema de transmissão. É deste sistema de transmissão, como comunidade social de pesquisa que caracteriza a psicanálise, que deveríamos extrair critérios paradigmáticos que definiriam um caso (DUNKER, 2011, p. 538).

Em busca do entendimento da característica ontológica do “caso” é que faz com que se busque a origem etimológica da palavra. Também Dunker nos mostra então, que o termo CASO, tem sua origem no Latim *casu* e no Grego *ptosis*. Em ambas as matrizes, constata-se que o sentido genérico se vincula à ideia de cair, tombar, portanto, de morrer.

Ainda segundo Dunker (2011, p.538) a utilização feita por Freud no título *A propósito de um caso de Neurose Obsessiva – o Homem dos Ratos*, referenciava a ideia de acidente, circunstância imprevista e até mesmo “sorte”. Lembra ainda que o termo grego *ptosis* compõe a forma da palavra *Sympton*, que significaria também “acaso”, ou algo que é designado para alguém não propositalmente, ou especificamente, em separado (DUNKER, 2011, p. 538-539). Vale lembrar que entre os gregos havia uma crença de que as características humanas eram propositalmente impostas pelos deuses, e que vez ou outra, escapavam

algumas características não previstas pelos criadores, ou mesmo por erro das devidades, e isso qualificaria o “acaso”. Assim, *sympton*, teria também evoluído da medicina hipocrática para a ideia daquilo que é destacável, apreciável em uma dada doença. Dunker acrescenta ainda que, na língua alemã, há cognatos como *zunfall* que se traduz para o português por acontecimento, ou ainda *unfall* que pode ser traduzido por acidente, ou mesmo *fall* que designa caso, propriamente, ao que ele conclui:

o caso é o campo delimitado pela experiência do mal-estar, do sofrimento ou de sintomas, no sentido de uma história de encontros, e ocorrências que se apresentam pela concorrência de acasos e ações controladas (DUNKER, 2011, p. 539).

Vale ressaltar que essa noção acima transcrita é necessária para abordar o recorte proposto neste trabalho, ou seja, a intenção de analisar o personagem João, da crônica *O condomínio* de Luis Fernando Veríssimo, à luz da interface entre Psicanálise, Literatura e História. Nessa crônica, Veríssimo relata com precisão os três acontecimentos enfatizados por Dunker, quais sejam: o mal-estar, o sofrimento e o sintoma, frutos do encontro casual (que nos remete à ideia desenvolvida por Žižek acima) de uma vítima de tortura do tempo da ditadura civil-militar no Brasil e seu algoz em um condomínio. Tem-se, portanto o “acontecimento” e a “Lógica do condomínio”. Temos aí, portanto, a conexão perfeita entre história, psicanálise e literatura. E para, além disso, as possibilidades de se verificar e aplicar o que Walter Mignolo desenvolve em seu estudo “Lógica das diferenças e políticas das semelhanças: da Literatura que parece História e antropologia e vice-versa” (MIGNOLO, 1992, p. 5-21). Mignolo antecipa nesse trabalho a relação dos historiadores com a fonte literária, e cunha dois conceitos fundamentais para o trabalho com as interfaces história e literatura. Referenciamos o conceito de Convenção de Veracidade e convenção de ficcionalidade. Estes dois conceitos têm permitido aos historiadores trabalhar com textos literários e entendê-los como fontes históricas, mesmo que tendo a pretensão de apenas estarem convencidos a serem tratados como ficção. Parece ser o caso do trabalho do Condomínio, de Luiz Fernando Veríssimo. Talvez se possam dizer verdades contando somente uma história ficcional.

Há outro aspecto que faz com que haja interdiscursividade entre acontecimento, caso psicanalítico, a ficção literária e a abordagem psicanalítica. Isto se dá pela associação possível com as elaborações de Dunker sobre conceito de “Lógica do Condomínio”.

A busca da “lógica do condomínio” é a produção da ordem e segurança. Ela estava implícita ao tempo da ditadura civil-militar no Brasil (64-89) enquanto projeto vinculado à Doutrina de Segurança Nacional. Maria Helena Moreira Alves bem sintetiza o conjunto de ideias e promotores da D.S.N:

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foram formulados pela ESG, com colaboração com o IPES e o IBAD, num período de 25 anos. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e planejamentos administrativos periódicos (ALVES, 1984, p. 35).

Posteriormente, e com a liberalização ou abertura política seguida da denominada transição democrática, entre os anos de 74-89, essa lógica do condomínio passa a nortear a organização urbana. Vale lembrar, aqui, a experiência urbana de Alphaville em São Paulo, primeiro modelo de condomínio horizontal. Nesse caso, a referência a esse condomínio é também a referência ao filme de Jean-Luc Godard de 1965, com o mesmo nome. Christian Dunker nos ajuda a compreender o fundamento que iguala o fenômeno real e o ficcional:

uma região isolada do resto, na qual se poderia livremente exercer a convivência e partilhar o sentido de uma comunidade de destino. (...) protegidos pelos muros que anunciam: aqui vigora um estado especial da lei. Ao passar pela guarita prepare-se para ser fichado e filmado: você está entrando no sistema” (DUNKER, 2009, p. 1).

Assim, estavam de volta os muros como forma de reaplicação de uma estratégia excludente e *intracivilizatória*. A lógica do condomínio resgata os campos de concentração mas invertem os sinais históricos deixados. Não mais os muros, os campos e o estado de exceção seriam os indicativos de câmaras de gás ou da expressão mais explícita da pulsão de morte promovida por um estado. Os condomínios passam sim, como bem nos lembra Dunker, a significar “câmaras de gozo”, pelo luxo, pelos jardins, pelas ruas pavimentadas sem movimento, pelos ambientes sofisticados e higienizados, pelas casas clarificadas pelas largas janelas de vidro e metal leve, tudo dando a sensação de segurança, e muitas vezes, hospedando os próprios algozes da sociedade, ou outros tipos de delinquentes e delinquências. Dunker conclui ainda sobre a lógica do condomínio: “Os muros para não sair transformam-se nos muros para não entrar. O estado de exceção torna-se a regra. O cerco, não a trincheira ou a batalha se tornam a tática predominante” (DUNKER, 2009, p. 2).

É com esse sentido que podemos visualizar a lógica do condomínio e a ficção do Condomínio da crônica de Érico Veríssimo. Representação dos tempos de democratização e antecipação do novo estado de exceção que se passou a viver no Brasil. Precisou-se abeirar novamente ao estado de exceção política nesses anos duros pós-golpe de 2016 para se clarificar o sentido do significante condomínio. Assim, a “convenção da ficcionalidade” antecipou-se à “convenção da veracidade” para nos lembrarmos das análises de Walter Mignolo (2001).

O condomínio... ou da crônica do esquecer

O texto de Luis Fernando Veríssimo, *O Condomínio*, é identificado pelos estudiosos de literatura como sendo do gênero crônica, por se tratar de uma narrativa curta que versa sobre um assunto da vida cotidiana e que pode conter opiniões críticas ou polêmicas. Está inserida no livro *Outras do analista de Bagé* e apresenta aspecto trágico e não marcado pelo humor. Parodiando Bernardo Kucinski (2016), tudo ali é invenção, mas parece que quase tudo teria acontecido.¹

É um texto escrito por volta dos anos 1980, enquanto ainda era Presidente o General João Batista Figueiredo. Este general cavalariano, que mais fazia o estilo de cavalo do que de general, embora à época fosse difícil a distinção entre ambos, fruto exclusivo do típico adestramento militar. A datação aqui se faz importante, visto que este ano foi fundamental no processo de liberalização ou abertura política no Brasil. É o ano 1982, em que se deram as primeiras eleições diretas para os governos estaduais, desde o Ato Institucional nº 3, de 05 de fevereiro de 1966², assinado pelo presidente e Marechal Humberto de Alencar Castello Branco e que bem demonstrava uma “Passagem ao Ato”, e aqui vale o “infame” trocadilho

¹ Referimos-me aqui à epígrafe da novela de Bernardo Kucinski, *Os visitantes*, que trata do desaparecimento de sua irmã, num claro manifesto de Literatura de testemunho. Transcrevo: “tudo aqui é invenção, mas quase tudo aconteceu”. (KUCINSKI, 2016, p. 9).

² Para esta narrativa utilizamos como referências fundamentais as seguintes obras clássicas: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984; DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981. Dos textos mais atuais, vale destacar a tentativa de atualização historiográfica mais recente, em obras como: BORTONE, Elaine. *A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)*. Dissertação de Mestrado. Niterói/UFF, 2013; LIMA, Luiz Octavio de, *Os anos de Chumbo: a militância, a repressão e a cultura de um tempo que definiu o destino do Brasil*, São Paulo: Planeta, 2020. VILA, Marco Antônio. *Ditadura à brasileira, 1964-1985. A democracia golpeada à esquerda e à direita*, São Paulo: Ed. Leya, 2014. Textos de periódicos nortearam o pensar a temática em tela sobre a ditadura civil-militar: MELO, Demian. Ditadura civil-militar? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-64 e os desafios do tempo presente. *Espaço plural*, n. 27, 2012, p. 39-53.

analítico, bem como a disposição dos militares em permanecer no controle do poder. Esse Ato Institucional nº 3 revela bem o caráter de “democracia de fachada” do regime de exceção, estabelecido no Brasil naquela quadra.

Para o evento das eleições em 1982, uma nova configuração partidária foi configurada e permitida pelo núcleo do poder militar. Naquele momento já havia sido superado o bipartidarismo predominante pós Atos Institucionais. Os partidos foram obrigados pela legislação eleitoral a utilizar em suas siglas, a letra “P”. Ou seja, o MDB, partido da oposição consentida durante a ditadura Militar foi obrigado a mudar de nome, incluindo o P de Partido. Assim, os militares imaginavam conter a identificação dos opositores, pois a sigla não poderia ser MDB, e passaria a ser PMDB. No imaginário dos líderes militares isto coibiria a ideia de continuidade dos partidos da época da ditadura, produzindo, portanto, uma prática de esquecimento dos significados de resistência do movimento democrático.

Nesse ínterim da reforma política, predominou a existência do pluripartidarismo. Se ao tempo da ditadura só eram permitidos dois partidos, o do governo, denominado ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o da oposição, MDB (Movimento Democrático Brasileiro), novas instituições foram fundadas. Da Arena surgiu o governista PDS (Partido da Democracia Social). Do MDB advieram: O próprio PMDB, capitaneado sobretudo por Ulisses Guimarães e Franco Montoro; o PP (Partido Popular) capitaneado pelo conhecido Tancredo Neves; o PT (Partido dos Trabalhadores) criado no bojo do movimento operário do ABC, e liderado pelo metalúrgico Luís Inácio da Silva, também conhecido pelo apelido de Lula; o PDT (Partido Democrático Trabalhista) liderado pelo ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, que havia lutado pela sigla PTB e havia perdido para a filha de Getúlio Vargas; o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) chefiado por Ivete Vargas, herdeira da sigla e sobrinha neta do ex-presidente e ditador também ao seu tempo, Getúlio Vargas. Esse partido acabou por congrega alguns membros da antiga ARENA.³

³ Um conjunto de obras também nortearam nossa pesquisa sobre o tempo da Ditadura civil- Militar. Listamos algumas das obras que nos serviram de base para o aprofundamento de estudos e aulas, ABREU, Luciano *Aronne. Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.; ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.; FERREIRA, Jerusa Pires. *Armadilhas da Memória e outros ensaios*. São Paulo, Ateliê. 2004. FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001. FORGET, Danielle. *Conquistas e resistências do poder (1964-1984): A emergência de um Discurso Democrático no Brasil*; tradução de Lucimar de Oliveira – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo, SP: Editora 34, 2006.; GASPARI, Elio. *A ditadura*

A crônica em questão coloca-nos diante dos impasses daquele tempo que tanto se parecem com os de nossos dias, embora a história não se repita. Ou, melhor dizendo, não se repete *ipsis literis*, pois talvez aconteça uma vez como tragédia e outra como farsa. Veríssimo joga-nos a história de outro João. Este João foi militante de esquerda, que frequentou os quartéis militares como inimigo, sendo por isso, tratado com poucas deferências, ou melhor dizendo, torturado. Após o processo de abertura política, ele retoma suas atividades profissionais e, ao comprar um apartamento de classe média alta, é convocado pela construtora e engenheiros para uma primeira reunião do condomínio. Nesta reunião depara-se com um novo vizinho que, ao tempo da repressão mais violenta, havia sido o chefe da repressão no mesmo quartel por que havia passado João.

A crônica é, portanto, uma descrição de um embate entre a memória e o esquecimento. Embate de uma memória traumatizada em um corpo testemunho do flagelo, vítima da tortura e da nova política de produção de uma intenção de esquecimento em nome da convivência pacífica. Aqui cabe uma ressalva. A política do Esquecimento vai ser engendrada pelo processo político de transição democrática, em conchavo com os altos escalões dos governos militares de Geisel e Figueiredo, pelo receio de todos em razão dos ressentimentos. Essa foi a artimanha da política da memória do pós-ditadura, que somente começou a ser desvelada mais recentemente, quando da criação das Comissões da Verdade e do consequente desvelamento das atrocidades cometidas então. Vale dizer que, se feridas foram abertas, entre derrotados e vencidos, ao menos tais comissões permitiram a alguns vencidos o direito ao Luto. A crônica de Veríssimo versa sobre um tema muito caro a todos - historiadores e analistas. Trata da importância do trabalho de memória.

A narrativa de Veríssimo defende uma posição radical em relação a esse momento da história brasileira. Com a perspicácia que lhe é própria, desvela, através da ficção, uma interpretação sobre o momento que ficou conhecido como redemocratização. Esta teria se

envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.; KEHL, Maria Rita. *Tortura e sintoma social*. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura? — a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro* — São Paulo: Contexto, 2014.; KUCINSKI, Bernardo. *Relato de uma busca*. São Paulo: Companhia das letras, 2016.; MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006.; RODEGHERO, Carla S. *Anistia, esquecimento, conciliação e reconciliação: tensões no tratamento da herança da ditadura no Brasil*. In: RODEGHERO; MONTENEGRO; ARAÚJO (Org.), 2012. YERUSHALMI, Yosef Hayim. *Usos do esquecimento: conferências proferidas no colóquio de Royaumont*. Tradução: Eduardo Alves Rodrigues — Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

iniciado com a Lei de Anistia, e seguia com a Lei de Reestruturação Partidária entre outras. Veríssimo aponta em seu texto ficcional que toda essa movimentação no processo de redemocratização visava menos a uma reparação conciliadora ou a uma concertação. Na verdade, a proposta de Veríssimo, bem como seu entendimento, foi o de que a Anistia funcionou, no imaginário dos militares golpistas de 1964, muito mais como um desejo de apagamento da história da repressão militar, portanto, “uma exigência de esquecimento” (MANO, 2019, p. 1). Para esse autor, no texto de Veríssimo, o esquecimento parece ser o maior protagonista da crônica.

Veríssimo conduz sua trama para que a impossibilidade de lembrar (ou pior, o mandamento de esquecer) destaque-se com efeito e condição de uma suposta reconciliação social que atravessa pano de fundo da narrativa (MANO, 2019, p. 1).

Vale destacar aqui o papel da literatura como testemunho. Se de um lado os personagens se conformam diante do esquecimento, por outro o autor, o cronista, faz o papel de historiador ao desvelar de forma estética as possibilidades de interpretações de uma história recente. E chega a fazer de forma a deixar pistas, de rastros de “entidades imigrantes” (MIGNOLO, 2001). Observamos isto no texto de Veríssimo pela escolha dos nomes dos personagens, por exemplo. O eventual torturador de João, é Sérgio. Esse nome remete aos mais conhecido dos torturadores do DOI-CODI paulista e um dos criadores e líderes da OBAN (Operação Bandeirantes), o delegado Sérgio Paranhos Fleury - morto sinistramente em 1979 - que vivia acomodado na certeza de que jamais seria punido pelos atos repressivos, tal qual o famigerado comandante Brilhante Ulstra, recentemente galgado a herói de outro simpatizante da perversão.

Do outro lado, o personagem João, o torturado. Não o da Bíblia e nem o general presidente, ambos de nome Batista. Esse João, o flagelado, seguia isolado com suas memórias e com sua angústia diante da confrontação do fantasma da tortura, que assombrava suas memórias. Como trauma, a dor psíquica não se permite revelar na totalidade. Só como sofrimento e angústia ela se corporifica. João tentava recordar o apelido do agente da repressão, e acaba por constatar que nem “nome de guerra” ele era capaz de recordar, pois ficou recalado diante da dor física. Há de se frisar como vitorioso foi o “pacto da anistia”, com o recorte da fala do personagem Sérgio para João: “essas coisas não têm mais importância” (VERÍSSIMO, 1980, p. 78). Prova fulcral, que no momento da Anistia, da pacificação, da

distensão, como oficialmente se ousou denominar, o esquecimento interessava mais do que o rememorar.

O cronista deixa rastros, deixa demonstrações de insatisfação com a falsidade dos discursos oficiais de seu tempo. Tenta mostrar-nos a verdade. Aqui, meu caro leitor, permita-me a prática do estranhamento brechtiano. Seria a busca da verdade para ele, Veríssimo, um problema com o nome do Pai? Veríssimo. Não havia me permitido esse trocadilho, até então, pois a obra do Filho ultrapassa o do pai? Há aqui o eterno perigo da psicanálise fora da clínica: a psicanálise selvagem. Ambos são autores excepcionais. Ambos têm como pressuposto a universalidade; no entanto, a contribuição do Veríssimo mais recente é mais se propõe a uma contundência política, a uma denúncia pontual da ditadura e da tortura. Escreveu como forma de denúncia ao mundo. Veríssimo mais recente é mais universalista, pois se propõe a uma contundência política, ao mundo.

Há outra visada sobre a crônica de Veríssimo. Ao que tudo indica, o autor se propôs muito mais a fazer um ensaio psicanalítico do que uma simples crônica. Uma simples observação dos títulos do livro pode confirmar a afirmação, considerando ainda que Veríssimo é muito afeito aos nomes. O livro anterior chamou-se *O Analista de Bagé*. E O livro em que se situa esta crônica recebe o nome de *Outras do analista de Bage*.

Da mesma maneira há de se pensar na perspectiva da estratégia da crônica. Não se escreve impunemente. Há se ter uma estratégia. No caso da crônica “O condomínio”, como dissemos, é um corte trágico em meio aos degraus de escritos cômicos. Isso nos leva a um ponto: há ironicamente nessa crônica, um interdiscurso com o famoso analista vienense? Há Freud, e quem sabe até mesmo Lacan. A questão do cuidado com os nomes, é significativo, mas vale a pena permitir Freud comparecer.

Nos “idos de 1914, Freud escreve um texto com o seguinte título: *Recordar, repetir e elaborar* (FREUD, 1914). Este texto é fundamentalmente uma discussão sobre a técnica psicanalítica. Ao historiador desavisado, o texto nada diz, mas instiga. De fato, uma leitura mais atenta do texto mostra a tentativa de Freud em fazer uma bravíssima história de sua invenção: a psicanálise.

Freud nos relembra que o ato de memória na técnica psicanalítica começou com a prática que ele, juntamente com o Dr. Breuer, desenvolveu a partir da hipnose. Diz-nos então:

“Recordar e ab-reagir, com o auxílio do estado hipnótico, eram então as metas a serem alcançadas” (FREUD, 1914, p. 194).

Sabe-se que Freud avançou para além da hipnose, renunciando a ela. Impôs-se a tarefa de descobrir, através da formação de pensamentos espontâneos, o que ele irá denominar de “associação livre”, o que o paciente não conseguia recordar. Nesse momento, ele ainda pressupõe comunicar ao paciente a interpretação de seus resultados de interpretação. Por fim, Freud nos ensina que a técnica psicanalítica devia abandonar o ato de comunicação. Enfatiza assim que

O médico renuncia a destacar um fator ou problema determinado e se contenta em estudar a superfície psíquica apresentada pelo analisando, utilizando a “arte da interpretação” essencialmente para reconhecer as resistências que nela surgem e torná-las conscientes para o doente (...) verifica-se então uma nova espécie de divisão do trabalho: o médico descobre as resistências desconhecidas para o doente; sendo essas dominadas com frequência o doente relata sem qualquer dificuldade as situações e os nexos esquecidos (FREUD, 1914, p. 195).

Ora, é a isto que se propõe também a crônica de Veríssimo. A ideia freudiana é inegável enquanto diretriz ou estratégia do texto em tela. Ao se tomar o texto veem-se dois momentos: o momento João, como aquele que quer recordar, e o momento Sérgio, como o detentor da estrutura daquele que quer esquecer, fazer esquecer. O que acontece ao longo do texto é a elaboração num novo tempo.

Há um imperativo categórico para todo aquele que trabalhe com histórias, seja ele historiador ou psicanalista. E ele é veríssimo! “Recordar para não repetir, elaborar para poder seguir em frente” (MANO, 2019, p. 4). Como bem salienta Gustavo Mano, a proposta freudiana vincula-se a um tipo de relação com a verdade. E isto toca diretamente a quem tem por ofício o trabalho com a verdade, seja ele analista, seja ele um historiador. Aí se encontra o “umbigo”, ou o buraco negro destes ofícios.

Não faltam nem a Freud nem à psicanálise pós-freudiana, lacaniana e pós-lacaniana, advertências sobre as consequências da ignorância, da censura, da negação, enfim, do esquecimento. E este momento tão afeito à construção de muros e condomínios em que vivemos, ou sobrevivemos, exige a lógica da elaboração para os devidos atravessamentos, pois “a canalhice indisfarçada se vale do esquecimento como dispositivo para mentira”

(MANO, 2019, p. 6). Deve-se, a exemplo de Freud, zelar pela História, pela experiência. É isto que a crônica de Veríssimo faz.

Ainda que o país tenha feito o maior programa de recuperação e anistia do pós Segunda Guerra Mundial, foram, no entanto, travadas as medidas para que fossem tomados passos legais para aqueles envolvidos em abusos, durante a ditadura, sobretudo nas medidas de Reparações Simbólicas, tais como as Comissões da Verdade, as Caravanas da Anistia e os Espaços de Memória.

Nesse sentido, trazer aqui o texto “O Condomínio”, é fazer reverberar os princípios de uma pretensa reconciliação nacional, que hoje, tragicamente, vemos que não houve. Não é um texto anacrônico, muito antes pelo contrário. Seu tema faz-se síncrono, ao que temos vivido, ou seja, a militarização da vida no Brasil do Tempo Presente. De novo, a militarização nos atropela. Começaram pelas escolas e avançaram pela política e pelos costumes. Constituiu-se a exceção, em meio à democracia. O passado da ditadura não tem apenas sido negado, mas tem sido literalmente marcado, caducado, claudicado. E isto se marca pelo fato de que o significante mestre, ditadura, tem perdido significância. E aqui vale uma reflexão de como se dá o processo de perda de significância, com a perda da memória do personagem João. Ao não recordar o nome de guerra, ou codinome, seu ou de seu torturador “João tem abaladas sua memória, sua autoconsciência e sua relação com os outros” (LEHEN, 2022, p. 7). Tudo isso implica a perda da memória individual e coletiva. É a produção do esquecimento coletivo, como política.

De fato, a amnésia infligida pelo trauma, e no caso de João, pela tortura e ou pela dúvida da culpa, dissolve a experiência dos sujeitos. Daí o silêncio da fala e, sobretudo, da memória. Está aí a perspectiva a ser tocada como significante mestre da cadeia de significantes do caso João. A culpa carregada pela neurose constitui-se na dor psíquica maior do que a dor física infligida pela tortura. No caso João, os fantasmas continuam a comparecer. Vale a pena citar a narrativa de Veríssimo sobre este sintoma: “Por mais de um ano depois de ser solto, João não conseguia dormir. De noite chorava no colo de Sandra (...) “Não denunciei ninguém. Me quebraram, mas não denunciei ninguém” (VERÍSSIMO, 1982, p. 72).

De novo, devemos voltar aos nomes. Nessa crônica, que os dois interlocutores de João são Sandra, sua esposa, e Sérgio, seu algoz. Veríssimo! A junção dos dois impõe algo de consciência histórica a ser negada, pelo menos no imaginário brasileiro. Sim, a famigerada SS

nazista. A polícia especial de Hitler, praticante das práticas mais requintadas de tortura, será coincidência? Sandra e Sérgio, tal como as SS, fizeram João falar... Pois como relembram alguns torturados... Todos falam, ou quase todos...

A personagem Sandra também militou na oposição. No entanto, na construção feita por Veríssimo ela é a personagem que internalizou a experiência, da mesma forma que aceitava o pacto de silêncio e desmemória. Ocupava-se das cortinas (novos muros que, nos condomínios de alto luxo, impedem de ver a pobreza dos morros, ou dos outros). Assim, o consumismo permite separá-la da realidade da pobreza, da desigualdade e da violência presente no outro. Ou seria mesmo do Outro?

Sérgio, por sua vez, afastado das ações do Estado tem as bases para se reinventar como empreendedor no ramo de segurança. De novo convoquemos o testemunho de Veríssimo: Seu conhecimento agora é usado em uma empresa de segurança privada que protege a classe média e a alta de uma nova ameaça: “a violência das classes pobres” (VERÍSSIMO, 1982, p. 7). Através dessa ficção é perceptível que a justiça da transição democrática claudicou. Segundo a ficção, ela teria sido constituída para afastar perpetradores dos órgãos estatais. E isto foi executado em parte. No entanto, os agentes do Estado foram enviados para o setor privado, onde podem usar as mesmas práticas bárbaras e repressivas. Usam o que é, afrancesadamente, o *savoir faire* da ditadura: vigilância, tortura, assassinatos extrajudiciais). Eis aí marcando presença, o mais recente fenômeno das milícias e milicianos. Veríssimo! ⁴

E aí, desse ponto, a proposta de um primeiro fechamento a essa já longa reflexão.

1- De novo, chamo a atenção de como o analista Veríssimo traz a discussão do nome. O condomínio em questão leva o modernoso nome de *Sunset*. Sutil! Não é à toa, é verossimilhança. Por si só, Veríssimo está jogando com o significante e o significado. O nome, *Sunset* remete a pôr-do-sol, metaforicamente, apagar das luzes. Em inglês, é *fading*. Ampliando a percepção, o pôr-do-sol é o momento da

⁴ Em episódio recente no Brasil sob a presidência de Jair Bolsonaro todas as mídias repercutiram a prisão do militar deputado Daniel Silveira, eleito como deputado federal pelo RJ, e famoso por ter rasgado a placa com o nome de Marielle Franco. Um claro acinte à memória e aos lugares de memória. Um exemplo contumaz da prática de um tipo de fascismo de bases integralistas (re)nascente, com um vulgo muito claro: Bolsonaroismo.

criação do lusco-fusco, um momento de transitoriedade entre a luz e a escuridão. Como diz Beckett na peça *What/Where* “faça sentido quem possa”.

2- O condomínio está estabelecido ao lado de um morro, no Rio de Janeiro. Esse local tem por fundo cenográfico a disparidade. No morro residem as pessoas de baixa renda, que se espera, sejam removidos pela prefeitura, segundo informação dos empreendedores do condomínio. Até porque tal paradoxo alimenta da criminalidade, e o Estado e as empresas de segurança passam a ser imprescindíveis;

3- O condomínio também aponta aos leitores aos leitores a questão do direito à propriedade, um dos baluartes do liberalismo ou hoje denominado o neoliberalismo. Neste caso, como de resto, algo tão comum no fenômeno condominial no Brasil, o direito à habitação e à propriedade é infringido pela falta de moradia e pela expectativa da ação do Estado em retirar aquelas pessoas empilhadas no morro. Na crônica, os moradores do Condomínio *Sunset* para garantir o direito à propriedade alentam a esperança de remoção da comunidade vizinha, limitando o acesso dos desvalidos a um pedaço do morro. Um paradoxo, visto que destruir a propriedade alheia, como o outro, não normal, incômodo, deve ser o recurso usado para qualificar a propriedade dos moradores do condomínio e, ao mesmo tempo, valorizá-la. Isto implica em fazer ecoar a voz de Hannah Arendt ao chamar a atenção para a implicação desse fato: os pobres, os anormais, os bárbaros perderiam o “direito a ter direitos”. Paradoxo neoliberal.

Assim, os outros, não mais serão vistos como cidadãos, mas sim como anormais, ou como cidadãos incompletos “da nação”, por tanto, danados. Sutil jogo cacofônico.

Por fim, há de se considerar ainda as tensões salientadas pela crônica de Veríssimo. E estas tensões enfocam e decorrem das desigualdades socioeconômicas. A **tensão** maior é a resultante da coexistência de vítimas e algozes durante a transição democrática. No *Sunset* (pôr-do-sol), as memórias conflitivas irão coincidir e conviver, tal como na nação surgida das cinzas da ditadura militar na década de 1980.

No plano ficcional, ao final, João aceita o silenciamento da memória. A crônica termina com João aceitando sua nova condição ideológica de cidadão diferenciado. Apesar de seu passado de militante ele, João, é agora parte do *establishment*. Assim, pensava em fechar

as cortinas do passado, e não as abrir, como pede o samba exaltação de outrora, composição de Ary Barroso. O meu Brasil Brasileiro deve ser para poucos.

Visto dessa maneira,

O passado já não tem importância. João vê seus vizinhos na encosta do morro e tenta “discernir” seus rostos, mas não enxergava a expressão de ninguém. Procurou uma maneira de mostrar que estava daquele lado do muro, mas na verdade não estava, estava do lado deles. Codinome... mas não havia maneira. Quando começou a escurecer, deixaram a piscina e entraram no palácio (VERÍSSIMO, 1982, p. 72).

O autor usa neste escrito o recurso de um duplo *fadding*. Esta capacidade demonstrada por João de discernir e identificar-se com seus vizinhos pobres, favelados demonstra o lado em que somos colocados a visualizar os outros, através dos olhos de João. Pois, pela visada do protagonista, pelo “olho que vê” do condomínio, os outros são uma massa de seres despersonalizados, desumanizados. E, por serem outros, ameaçam cotidianamente a cada um de nós, que os olhamos - isso, quando acontece de olharmos. Mas vale lembrar. Eles nos veem!!!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- ARENDRT, Hannah. *As Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DE CERTEAU, Michel. *História e psicanálise*. Entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. A lógica do condomínio ou o síndico e seus descontentes. *Leitura Flutuante*, Revista do Centro de Estudos de Semiótica e Psicanálise. São Paulo, v.1, n. 1, 2009, p. 1-8.
- FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos (191-19134). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- KUCINSKI, Bernardo. *Os visitantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- KUCINSKI, Bernardo. *A nova Ordem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LACAN, Jacques. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- LEHEN, Leila. *Memórias manchadas e ruínas memoriais em A mancha e O condomínio* de Luis Fernando Veríssimo. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/elbc/n43/05.pdf> . Acesso em: 20 jan. 2022.
- MANO, Gustavo. *Eterno Condomínio*. Publicado em 31 mar. 2019, Disponível em: <https://medium.com/@mano/eterno-condom%C3%ADnio-95c4465564df> . Acesso em: 22 jan. 2022.

MIGNOLO, Walter; BOSI, Alfredo; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Debate sobre o texto lógica das diferenças e política das semelhanças: da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa, de Walter Mignolo. Anais. IN: CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf (Org). *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. O condomínio. In: *Outras do analista de Bagé*. Porto Alegre: L&PM, 1982.

ŽIŽEK, Slavoj. *Acontecimento*, uma viagem filosófica através de um conceito. Rio de Janeiro: Zahar. 2017.